



ANÁLISE DA ESTRUTURA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ENTRE PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE SANTARÉM/PARÁ SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL

André Luiz Machado das Neves¹
Klaudia Yared Sadala²
Iolete Ribeiro da Silva³

Resumo: A pesquisa teve como objetivo apreender as representações sociais entre professores amazônidas sobre Diversidade Sexual. Participaram 50 professores através da técnica de associação livre de palavras. Utilizou-se o software EVOC2003 (quadro de quatro casas) para análise. A estrutura da representação social sobre Diversidade Sexual constitui o provável núcleo central as cognições Liberdade e Respeito.

Palavras-chave: Representações Sociais, Professores, Diversidade Sexual.

A Diversidade Sexual é um tema em discussão pelas autoridades educacionais e pela sociedade. No atual contexto educacional, a transversalidade de temas voltados à sexualidade é uma proposta que implica em um processo de estreita inter-relação entre os componentes curriculares e encontra dificuldade de aplicabilidade diante da vivência pedagógica real da maioria das instituições escolares do país.

O objetivo geral desse estudo foi apreender a Estrutura das representações sociais entre professores amazônidas sobre Diversidade Sexual. Os movimentos sociais, pautados nos direitos humanos e princípios de cidadania, investem em discussões para uma educação igualitária voltada à Diversidade, entre eles podem-se elencar os movimentos sociais das pessoas com deficiência, os de raça, cor e orientação sexual. A educação com qualidade é direito básico de qualquer ser humano, contudo, o segmento da população que não se enquadra aos padrões estabelecidos pela sociedade, até se insere na escola, porém, muitas vezes tendem a conviver em um ambiente de exclusão social.

¹Mestrando do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas. andre_machadostm@hotmail.com

²Coordenadora do curso de Psicologia do Instituto Esperança de Ensino Superior. klaudiaysadala@hotmail.com

³Docente Adjunto IV da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas. ioletesilva@hotmail.com

Esse cenário contrasta com os princípios proclamados na Carta Magna do Brasil. A atual Constituição Brasileira, promulgada em 05/10/1988, em seu Art. 3º, Inciso IV estabelece como um de seus objetivos “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” e no Art. 5º que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza...”. O movimento LGBT⁴, ganhou destaque buscando esclarecer e emergir novas concepções acerca da Diversidade Sexual na Escola, ou seja, vem buscando divulgar as várias formas que a sexualidade pode se manifestar. Com isso, surgiu a proposta do Projeto Escola sem Homofobia, esse movimento buscou parceria com Universidades e com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação – MEC para elaboração de estratégias a fim de amenizar a violência e a desigualdade dentro da escola.

Diante disso, iniciou a discussão de implantação desse Projeto nas escolas públicas, que consiste na capacitação de professores, onde cada escola deve receber um Kit de material didático, pois a escola torna-se *locus* de reprodução e legitimação das hierarquias sexuais, naturalizando a norma heterossexual e invisibilizando/inviabilizando outras possibilidades de manifestação das sexualidades (ECOS - Comunicação em Sexualidade, 2011). Contudo, a implantação deste projeto causou aprovação e conflitos entre instituições, conselhos, hierarquias, políticas educacionais e entre a sociedade em geral, no qual cada um buscou emitir pareceres e opiniões. Os professores, durante a implantação e execução de Projetos voltados à Diversidade, serão as pessoas fundamentais para fazer emergir conhecimentos e fomentar os discursos igualitários.

Este estudo teve seu aporte na Teoria das Representações Sociais, que no ano de 2011 completou seu jubileu de ouro. Saber sobre essas representações é importante para a compreensão do que sentem, do que pensam, do que internalizam os professores diante desse fenômeno que vem sendo debatido, e inserido em um paradoxo de aceitar e não aceitar. Assim como foi importante, também, para a análise e compreensão das contribuições da Psicologia na promoção dos Direitos Humanos.

O Comportamento sexual humano possui um conjunto complexo de determinantes, dentre eles estão os biológicos, sociais, históricos, ambientais e os que constituem a esfera mais subjetiva dos indivíduos, o aspecto psicológico. Ou seja, de que forma todas estas questões irão afetar direta e indiretamente este indivíduo. Por

⁴ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, sigla padronizada na 1º Conferência Nacional LGBT no ano de 2008 em Brasília.

muito tempo, o aspecto biológico foi imperativo para algumas práticas no que tange à sexualidade humana, por ser via responsável pela reprodução e conseqüentemente pela perpetuação da espécie (SADALA, 2005).

Por algum tempo tentou-se reprimir ou recusar a existência da sexualidade humana. Porém, através dos avanços do saber científico na área, foi compreendida sua amplitude, sendo hoje considerada intrínseca ao ser humano, passando pelos aspectos que imprimem ao corpo uma nova e permanente mudança, as quais tentam responder às demandas culturais de cada época, acompanhada pelo seu alcance na busca de amor e afeto, pelo erotismo, pela reprodução, pelo coito e pela orientação sexual. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2000; SADALA, 2005). Desta forma deve ser vivida, aceita, integrada e cultivada em cada pessoa.

Para Nunes (2005), a sexualidade é sempre um tema polêmico, pois envolve aspectos religiosos e éticos de múltiplos significados sociais ou subjetivos, o comportamento sexual humano é complexo e importante no que tange à condição humana. Segundo Maia (2009), a sexualidade se manifesta de diferentes formas na sociedade, através de padrões de comportamentos estabelecidos como adequados e não adequados que são incentivados ou reprimidos, porém essa manifestação vai depender de cada cultura, que muitas vezes se reflete em repressão sexual. A repressão sexual é acompanhada de ameaças de violências físicas e psicológicas entre indivíduos que não seguem os repertórios comportamentais que são ditados pela religião, conduta moral, o direito e a ciência.

Nessa acepção, a verdade aparece quando pode aparecer, e conjuntos de ocasiões se combinam e permitem que algo seja acolhido como verdade. Isto é, norteado e infiltrado pelas relações de poder existentes, as quais permitem que determinadas verdades (des) apareçam (LOURO 2009).

Diante disso, tem-se disputa política entre grupos nos quais uns tentam dominar o outro, e o grupo dominante acaba muitas vezes negando, invisibilizando lutas e disputas e criando ideologias negativas ao segmento populacional considerado inferior e não dominante. As conseqüências da desigualdade e exclusão, atualmente vivenciadas por indivíduos pertencentes a grupos sociais oprimidos, acarretam a demanda de dificuldades para afirmação de suas identidades em espaços públicos (PRADO *et al.*, 2010).

De acordo com Prado *et al.* (2010), os ambientes hierarquizados da sociedade são compostos por categorizações e atributos sociais que classificam e definem traços

de caráter e personalidade, isso estimula tanto as relações de discriminação e preconceito dos grupos externos de uma determinada identidade social, como é o caso de lésbicas, *gays*, bissexuais, transexuais e travestis, quanto à forma de identificação e organização desses grupos.

Deste modo, Prado *et al.* (2010, p.41) afirma que,

tais relações, influenciadas por posições políticas, marcam nossa percepção da realidade social, produzindo justificativas que naturalizam as hierarquias e interiorizações sociais, dando coerência à vida cotidiana e legitimidade das instituições sociais.

As ações políticas foram tomadas por abordagens da Psicologia Social como aspectos psíquicos, isto vêm sendo importantes para o desenvolvimento da Psicologia Social, pois permitiu o surgimento de temáticas em seu campo de estudo que antes eram reservadas às ciências das sociedades (PRADO, 2002). Com isso, pode produzir um conhecimento mais contextualizado e significativo no campo interdisciplinar.

O movimento LGBT vem buscando igualdade na educação que muitas vezes são usurpadas em decorrência da orientação sexual. Nesta linha de pensamento Junqueira, (2009, p. 412) afirma que:

Assim “educar na (que precisa ser também para e pela) diversidade” requer que esse processo seja construído coletivamente, envolvendo, na escola e na condição de sujeitos, toda a diversidade humana que compõe dinâmica e contraditoriamente a sociedade.

Seguindo a compreensão de Junqueira (2009), o que se vem buscar é a relação pedagógica e a forma de repassar conhecimentos que muitas vezes seguem uma linha tradicionalista e heteronormatizadora. Nesse sentido as representações sociais vão se constituindo.

Ao referir-se a representações sociais, Moscovici (2010) afirma que ela possui caráter de imagem e significado e tem como objetivo extrair do mundo sentido e introduzir nele ordem e percepções que o mesmo reproduza de uma forma significativa; a representação equipara toda imagem a uma ideia e toda ideia em uma imagem.

Rodrigues (2006, p. 23), analisa que,

as nossas representações influenciam no nosso cotidiano, nas atitudes, nas tomadas de decisão, enfim, nas práticas sociais. São visões, ideias e imagens que temos da realidade que nos cerca, as quais possibilitam o processo de comunicação entre os indivíduos de um grupo social.

Assim, os estudos das representações sociais objetivam desvendar a organização que compõe os pensamentos e ideias que norteiam os grupos. Eis a importância desses estudos para identificar as informações que ligam a relações cotidianas entre os sujeitos de um determinado grupo (RODRIGUES, 2006).

Moscovici (2010) aponta que as imagens, ideias e a linguagem compartilhada entre os grupos sempre se apresentam como regras norteadoras de como agir no habitual, forma esta, em que o grupo tenta se familiarizar, pois a finalidade de toda representação é tornar o não-familiar em familiar, ou a própria não familiariedade em familiaridade, sair do desconhecido para o conhecido.

De acordo com Sá (1996), Abric propôs que a representação social se constitui por uma entidade unitária, no qual é regida por um sistema interno duplo, onde cada um tem seu papel específico, porém são complementares. Portanto, ocorre a existência em primeiro lugar de um sistema central, constituído pelo núcleo central da representação que se caracteriza pela: memória coletiva, que refletem questões sócio-históricas e valores dos grupos; pelo universo consensual, ou seja, o senso comum, que se constitui da conversa informal na vida cotidiana; também pela rigidez, assegurando a continuidade e a permanência da representação e outra característica é a de que é relativamente sensível ao contexto social e material imediato no qual a representação se manifesta.

O outro sistema descrito por Sá (2002) é o periférico, que se constitui dos demais elementos da representação, é a ponte entre a realidade concreta e o núcleo central, este sistema assume o papel de atualização e contextualização das determinações normativas e consensuais, o que resulta nas mudanças, flexibilidade e expressões individuais das representações sociais, para tanto, o sistema periférico apresenta as seguintes características: integração de experiências e histórias individuais; suporta a heterogeneidade dos grupos e as contradições, se transforma de forma imediata ao contexto.

Arruda (2002) analisa que dessa forma se busca inicialmente a organização da representação social, o núcleo central é o que apresenta maior resistência e durabilidade, e o periférico apresenta maior grau de mudança e menor resistência. A autora enfatiza que estudiosos da perspectiva do núcleo central como Abric e Flament propõe que as estratégias mais fáceis para detectar o núcleo central são as de associação livres de palavras.

Menin (2007) faz referência dizendo, que o núcleo central tem sempre uma função normativa que impõe a todos uma mesma representação de um objeto, daí a resistência às mudanças, em relação à prática ao objeto, mudam-se primeiro o sistema periférico e posteriormente o núcleo central.

Na mesma linha da teoria do núcleo central, Sá (2002) considera três funções essenciais que o núcleo central tem que dar conta no papel de estruturação e funcionamento das representações sociais. São eles: a função geradora, na qual os elementos tomam um sentido, é onde se cria ou se modifica uma representação, a função organizadora, é aquela que determina as conexões entre os elementos de uma representação e a função estabilizadora; os elementos mais resistentes às mudanças.

A seguir se apresenta (Quadro 1) o quadro de quatro casas construído pelo *software Evoc* 2003 a partir do termo indutor “Diversidade Sexual”. Constatou-se um *corpus* de evocações formado por todos os sujeitos um total de 239 evocações, entre as quais eram 80 diferentes. Obteve-se uma ordem média (*rang*) de evocações, aproximada de 2,8 frequência intermediária de 10 e a frequência mínima foi de 04.

Rang: 2,8; Frequência Mínima: 4; Frequência média: 48					
ELEMENTOS CENTRAIS			ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS		
Frequência > = 10	Rang < = 2,8		Frequência . = 10	Rang > = 2,8	
Palavras	Freq.	Rang	Palavras	Freq.	Rang
Liberdade	12	2,417	Homossexualismo	16	3,294
Respeito	22	2,000	Opção sexual	21	3,000
			Preconceito	29	3,414
ELEMENTOS CONTRASTES			ELEMENTOS PERIFÉRICOS		
Frequência > = 10	Rang < = 2,8		Frequência . = 10	Rang > = 2,8	
Palavras	Freq.	Rang	Palavras	Freq.	Rang
Aceitação	4	2,500	Bissexual	4	3,750
Direitos Humanos	4	2,750	Diferente	6	2,833
Família	4	1,500	Heterossexual	5	3,000
Igualdade	4	2,250	Tipos de Atos Sexual	6	3,000
			Transexual	4	3,250

Quadro 1: QUADRO DE QUATRO CASAS DAS EVOCAÇÕES AO TERMO INDUTOR “DIVERSIDADE SEXUAL” ENTRE PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA. (SANTARÉM, 2011). FONTE: *Software Evoc (Analyse des évocations)*. Versão 2003.

Segundo Gomes e Oliveira (2005), no quadro de quatro casas é possível evidenciar os possíveis elementos centrais, intermediários e periféricos da representação social. Com isso, Abric (2003a); Sá (2002); Gomes e Oliveira (2005) e Oliveira (2007) consideram que os elementos no quadrante superior esquerdo do quadro de quatro casas, versam elementos cognitivos provavelmente centrais da representação social que há de ser estudada.

O Quadro 1 evidencia as prováveis cognições que constitui as representações sociais entre professores sobre diversidade sexual. Como se observa, o primeiro

quadrante é composto pelas cognições Liberdade e Respeito. A cognição Liberdade teve frequência de 12 e ordem média de evocações de 2.417 e o termo Respeito teve frequência de 22 e 2.000 de ordem média de evocação. Pode-se levar em consideração que são aspectos positivos para a atuação em prática de aula, mas sabe-se que o processo de ensino e aprendizagem compreendem aspectos voltados à integralidade do homem, abarcando também os aspectos biopsicossociais.

Moscovici (2010) e Arruda (2002) analisam que as representações sociais são permeadas pelo universo consensual e o reificado, e vale ressaltar que Oliveira (2007), considera que o núcleo central se forma através da memória social e nas regras ao qual rege um determinado grupo.

Deve-se considerar que os possíveis elementos cognitivos do núcleo central Liberdade e Respeito, se devem provavelmente em decorrência da memória da repressão sexual que a sexualidade e suas formas de manifestações foram inscritas e até hoje deixaram um lastro negativo. Portanto, com o título de educadores, se exige um posicionamento neutro baseado no comprometimento com o repasse de conhecimentos técnicos que, embora não concordem, eles têm que manter uma política de aceitação, onde a escola é um espaço para todos, principalmente com as políticas de inclusão social tomando conta do cenário nacional e da mídia.

De acordo com De Rosa (2011), as representações sociais não devem ser estudadas simplesmente como sistema de referência ou discursos, mas como construções sociais dinâmicas que se geram, se modificam e se espalham com os vários sistemas midiáticos e formas de comunicação entre os indivíduos.

A maioria das instituições escolares tratam a sexualidade como algo mascarado que não deve ser exposto nem discutido intensamente (FELIPE; GUIZZO, 2008). Diante disso, o professor assume o papel de ensinante, do qual o protagonista professor – aluno exerce sua função de ensinar e aprender e, desta forma se convém à relação de respeito deixando de lado outros aspectos que favorecem o ensino aprendizagem, como os biológicos, psicológicos, sociais e espirituais.

Esses elementos presentes no provável núcleo central são funcionais para as práticas em sala de aula dos professores, onde facilitam uma relação que, embora o seu sistema de valores não concorde, se faz necessário para o andamento da aula, para o repasse dos conteúdos, para uma “harmonização” da sala de aula e pela postura socialmente exigida de um professor, como afirma Gadotti (2000, p. 09) “os educadores, numa visão emancipadora, não só transformam a informação em

conhecimento e em consciência crítica, mas também formam pessoas”. Portanto, o respeito é fundamental para que o professor consiga executar suas atividades.

A cognição liberdade tem frequência superior da cognição respeito, atualmente as pessoas LGBT: se expressam; promovem eventos, criam projetos de políticas públicas; embora aconteçam atos violentos e a orientação sexual LGBT seja má compreendida por muitos; eles assumem suas identidades sem tanta repudia como era no passado.

É possível presenciar esses acontecimentos anteriormente mencionados no cotidiano e nos meios de comunicações. Moscovici (2010) atenta que a comunicação é parte dos estudos em representação social, pois as representações são geradas nesse processo e posteriormente geradas através da linguagem. Para Foucault (2010); Louro (2009) e Nunes (2005), a sexualidade teve sua história pautada no proibido e nas restrições, nas quais as verdades eram instituídas a essa essência na natureza humana, e deste modo tentou-se normatizá-la através de padrões estabelecidos pelas relações de poder, aquilo que fugia da regra era tido como proibido e pecado pelos olhares de médicos e filósofos que eram autorizados para definir as verdades do século XVIII e XIX. A filosofia judaico-cristã também norteou os princípios para os indivíduos não serem considerados pagãos, com isso, a homossexualidade e outras formas de manifestação da sexualidade foram condenadas e emudecidas.

Nessa perspectiva, as múltiplas faces da sexualidade adquiriram olhares negativos, pois se buscou a criação de um padrão normal e correto, e quem cumprisse o que fosse instituído, não era condenado e muito menos seria censurado. Louro (2009) nessa linha de pensamento, ainda afirma que os que eram considerados anormais por não se enquadrarem na regra instituída, deveriam arrepender-se e, deste modo, ainda tinham a chance de correção de tamanho erro.

Hoje, a psicologia vem trazer sua contribuição em torno da Diversidade Sexual quando, no ano de 1999, aprova a resolução nº 1/1999 do Conselho Federal de Psicologia. Verona (2011, p. 07), presidente do Conselho Federal de Psicologia, afirma que “os psicólogos deverão contribuir, com o seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra a população LGBT”. O olhar da psicologia é pautado nos Direitos Humanos e na consolidação de Políticas Públicas às pessoas LGBT.

Cabe salientar, que esses prováveis elementos centrais das representações sociais entre professores sobre diversidade sexual, possuem relação com os comportamentos

enquanto profissional na escola. Porém, estudos (FELIPE; GUIZZO, 2008; FREIRE; SANTOS; HADDAD, 2009; MORAGUÉS *et al.*, 2010) mostram que no Brasil ainda é um desafio o respeito à Diversidade.

O quadrante superior direito (Quadro 1) é chamado de quadro intermediário. Segundo Oliveira e Gomes (2005), os elementos intermediários reforçam o núcleo central. De acordo com Abric (2003b), as cognições desse quadrante, constituem a primeira periferia da representação social, nele estão os elementos mais relevantes, possuem maior frequência nas evocações, porém, é considerado pelos sujeitos com menor importância. Sá (2002) considera que esses elementos podem evoluir para o núcleo central ou fazer parte dele.

A cognição Preconceito pode estar relacionada com as situações de que o professor tenha presenciado dentro da sala de aula ou em outro espaço da escola entre os próprios alunos. Essa cognição possui uma relação com a cognição Respeito presente no núcleo central, que ressalta esse sentimento que deve acontecer entre a comunidade escolar e a Diversidade Sexual, pois como é refletido por Junqueira (2009), na escola ocorrem casos de violência física, moral e psicológica entre alunos LGBT, e em muitos casos acontecem que profissionais da educação muitas vezes não sabem como intervir.

Outra cognição presente no quadrante superior direito (Quadro 1), é a cognição Opção Sexual, sendo evocada 21 vezes. Pode-se analisar que, os professores tornam familiar a Diversidade Sexual, como uma opção, ou seja, você escolhe em ser LGBT. Isso é uma prática comum entre o senso comum, desse modo, se analisa que faz referência ao universo consensual desses professores. Na pesquisa de tese de doutorado de Silva-Junior (2010) sobre a representação social da homossexualidade realizada em São Paulo, os professores destacam as representações da homossexualidade relacionadas a problemas patológicos, a frustrações, solidão ou a desvio de conduta. Segundo o pesquisador, é necessário destacar que professores que tiveram a representação negativa não tiveram contato com o tema na formação inicial ou continuada.

As questões voltadas a afeto e relações sexuais vão além de um comportamento de escolha consciente, isso corrobora que é necessária a formação e a inclusão de temas voltados à sexualidade humana nos currículos de formação inicial e continuada dos professores, haja vista que a escola é um ambiente heterogêneo, onde se defronta com todas as diversidades, seja ela de orientação sexual, de gênero, raça, religião e entre outras que se fazem presente na vida humana e em sociedade. Se orientação sexual

fosse uma escolha, acredita-se que ninguém optaria por algo tão carregado de discriminação, preconceito, tabus e outras formas negativistas que permeiam essa manifestação da sexualidade que muitas vezes são silenciadas através da violência.

Diante da cognição homossexualismo, percebe-se muito frequente na evocação o sufixo “ismo”. Segundo Bell (1987) esse sufixo, está voltado a patologização, pois ele está relacionado com o vocabulário e modelos médicos ou de outros saberes da área da saúde para definir uma situação como um “problema”. Os termos homossexualismo, travestismo e transexualismo trazem estigmas profundos dessa patologização. Identifica-se o mecanismo de objetivação nesses professores, pois geralmente a pessoa de orientação homossexual assume sua identidade com mais frequência e torna-se comum encontrá-lo no cotidiano dos professores.

No quadrante inferior esquerdo, encontram-se as cognições aceitação, direitos humanos, família e igualdade (Quadro 1). Abric (2003b); considera essa casa como zona de contraste, pois embora sejam evocações feitas por um menor quantitativo de sujeitos, esses quantitativos são considerados como muito importantes. Abric (2003b) afirma a existência de um subgrupo que sustenta uma representação que diverge da maioria do grupo. Seguindo essa perspectiva, é importante salientar a cognição Aceitação com uma ordem média de evocações de 2.500, Direitos Humanos com ordem média de evocações de 2.750, Família com ordem média de evocações 1.500 e Igualdade com uma ordem média de evocações de 2,250 sendo que todas tiveram a mesma frequência de evocação (04 vezes). Essas cognições são elementos positivos para uma relação saudável.

Através disso, se percebe que alguns professores relacionam a fatores bastante positivos suas representações sobre diversidade sexual, contudo, um grupo de 78% desses professores possuem mais de uma graduação, 22% com mais de uma pós-graduação *lato senso* e 10% têm formação *stricto senso*, o que pode se levar a sugerir que pode influenciar nas representações sociais desse subgrupo assumindo um caráter bem humanístico, demonstrando desembaraço para lidar com o assunto e que a educação continuada pode ser uma aliada para compreensão da Diversidade Sexual. Isso, também pode ser confirmado no estudo de Silva-Junior (2010) quando afirma que professoras e professores que representam a homossexualidade de forma positiva, baseado na democracia e direitos coletivos, não possuem dificuldade para conviver com homossexuais, são professores que tiveram contato com o tema na formação inicial e/ou continuada apresentando maior desenvoltura para abordagem do tema em sala de aula.

No quadrante inferior direito do quadro de quatro casas é conhecido como elementos da segunda periferia. Para Sá *et al.* (2009) e Abric (2003b), são elementos pouco frequentes e definidos como menos importantes pelos sujeitos da pesquisa, e por isso são considerados elementos da segunda periferia. Nessa perspectiva, verifica-se a presença de cognições relacionadas a orientações sexuais, papel e ato sexual: Bissexual com frequência de 04 vezes e com ordem média de 3.750, heterossexual com frequência de 05 vezes e com ordem média de evocações de 3.000 e transexual com frequência de 04 vezes e com ordem média de evocações de 3.250 e com mais frequência tipos de atos sexual com frequência de 06 e com ordem média de evocação de 3.000.

Identifica-se a influência do sistema de valores, quando se apresenta a cognição Diferente, com frequência de 06 evocações e com ordem média de evocações de 2.833, bem como vem confirmar mais uma vez a necessidade do conhecimento dos comportamentos sexuais e suas falsas crenças como algo que não é comum.

O mecanismo de ancoragem é quando se familiariza o que não é familiar de acordo com o sistema de valores do sujeito, categorizando e estabelecendo uma relação positiva ou negativa com ele, une-se com o mecanismo de objetivação, imprimindo uma imagem de determinada representação, pois comparar já é representar, é materializar determinada representação (MOSCOVICI, 2010). Os professores estabelecem uma imagem, representando a partir do ponto de vista sexual e como algo diferente.

As políticas existentes não contemplam a subjetividade dos professores enquanto atuantes na docência, isso é demonstrado nas pesquisas de Sousa, Villas Bôas e Novaes (2011) sobre as contribuições das pesquisas em Representações Sociais na Educação.

Assim, verificamos que ao localizarmos os elementos constituintes dos sistemas central e periférico, os mesmos têm suas funções definidas para explicação do fenômeno das representações sociais.

A partir das análises de evocações livres, foram contemplados aspectos das representações sociais entre professores sobre Diversidade Sexual, que foi determinada pela cognição Respeito e Liberdade. Essas cognições se caracterizam como possíveis elementos do núcleo central das representações entre os professores desta escola. Esse núcleo revela ainda, caráter de conteúdos consensuais do grupo estudado, essa verificação conduz à reflexão de que os professores assumem uma postura neutra acerca da Diversidade Sexual.

Todavia, no sistema periférico, encontram-se as cognições como homossexualismo, opção sexual e preconceito. Embora se caracterize Liberdade e

Respeito no núcleo central das representações sociais entre os professores pesquisados, o sistema periférico que segundo Sá (2002) pode fazer parte do núcleo central ou até mesmo evoluir para ele, é constituído por problemas cruciais atuais como: preconceito, a patologização da homossexualidade através do sufixo “ismo” e a Diversidade Sexual compreendida como opção. Nesse sentido, verifica-se a urgência da ampliação do olhar do professor para que a Sexualidade seja vista em sua plenitude. O Respeito e a Liberdade estão ancorados possivelmente em decorrência da postura de educador que lhe é exigida, por exemplo, em ser democrático.

Nessa acepção, essa estrutura indica a necessidade de políticas públicas que priorizem a educação e orientação sexual, que esclareçam as faces da sexualidade humana e suas formas de manifestações. Essas categorizações só confirmam a necessidade do fomento de debates em torno do processo de inclusão de Projetos voltados à Diversidade Sexual, visto que ainda no início do século XXI é possível perceber entre professores compreensões imagéticas da Diversidade Sexual como estilo de vida, as quais o sujeito pode escolher o que quer ser, deixando de lado outros aspectos que contribuem para sexualidade como o fato da atração, do afeto, pois não é possível escolher quem o indivíduo deseja amar, manifestar afetos ou relacionar-se sexualmente.

De acordo com os elementos cognitivos emergidos, é importante adotar formação para os professores para uma melhor compreensão, e não respeitar por respeitar à Diversidade Sexual, mas compreender que faz parte da constituição da sexualidade e não é algo que é pecaminoso, ilegal ou que surgiu agora e prevenir a promoção de uma educação improvisada, permeada por tabus e valores que tentam determinar e normatizar a sexualidade. A educação deve ser permeada pela humanização.

REFERÊNCIAS

ABRIC, Jean Claude. Abordagem estrutural das representações sociais: desenvolvimentos recentes. In Campos, P. H. F.; Loureira, M. C. S. **Representações sociais e práticas educativas**. Goianha: UCG, 2003a.

_____. La recherche du noyau central et la zone muette des représentations sociales. In: **Méthodes d'études des représentations social**. Ramonville Saint-Agne, 2003b.

ARRUDA, Ângela. Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero. **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro, v 51, n. 117, 2002. Disponível em:<www.acaoeducativa.org/downloads/teoria_das_representacoes.pdf> Acesso em: 23 ago 2011.

BELL, Susan. Changing ideas: the medicalization of menopause. **Social Science and Medicine**, Amsterdam, v. 24, n. 6, 1987.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 1990. (Série Legislação Brasileira).

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. **Resolução n. 001.99**, de 02 de março de 1999. Disponível em: <http://pol.org.br/legislacao/pdf/resolucao1999_1.pdf> Acesso em: 10 ago 2011.

DE ROSA, Annamaria Silvana. 50 anos depois: a Psychanalyse, son image et son public na era do Facebook. In: Angela Maria de Oliveira; Maria de Fátima de Souza Santos; Zeidi Araújo Trindade (Orgs.). **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília: TECHNOPOLITIK, 2011.

ECOS – Comunicação em Sexualidade e Reprolatina – Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva, **NOTA OFICIAL DO PROJETO ESCOLA SEM HOMOFOBIA** publicado em 20 de janeiro de 2011. Disponível em: <<http://www.inclusive.org.br/?p=18368>> Acesso em: 14 de set 2011.

FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar. Entre batons, esmaltes e fantasias. In: Dagmar Meyer; Rosângela Soares. (Orgs.). **Corpo, Gênero e Sexualidade**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.

FREIRE, Nilcéia; SANTOS, Edson; HADDAD, Fernando. Construindo uma política de educação em gênero e diversidade. In: Equipe do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (Orgs.). **Gênero e Diversidade na Escola: Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Versão 2009. – Rio de Janeiro : CEPESC; Brasília : SPM, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9782.pdf> > Acesso em: 20 out 2011.

GOMES, Antonio Marcos Tosoli; OLIVEIRA, Denise Cristina de Oliveira. Estudo da Estrutura da representação social da autonomia profissional em enfermagem. **Rev Esc Enferm USP**, São Paulo, v. 39, n. 2, 2005. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/reesp/v39n2/04.pdf>. Acesso em: 13 ago 2011.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e Homofobia. In: Rogério Diniz Junqueira. (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação; Unesco, 2009.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Sexualidade, Deficiência e Gênero: reflexões sobre padrões definidores de normalidade. In: Rogério Diniz Junqueira. (Org.). **Diversidade**

sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação; Unesco, 2009.

MENIN, Maria Suzana De Stefano. O aspecto normativo das representações sociais: comparando concepções. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 16, n. 30, 2007. Disponível em:

<http://www.ie.ufmt.br/revista/arquivos/ED_30/14_o%20aspecto%20norm%20das%20represent.pdf>. Acesso em: 13 ago 2011.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais:** investigações em Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2010.

NUNES, Cesar Aparecido. **Desvendando a sexualidade**. Campinas: Papyrus, 2005.

OLIVEIRA, Denise Cristina. A zona muda das representações sociais sobre o portador de HIV/ AIDS: elementos normativos e contranormativos do pensamento social.

Psicologia: Teoria e Prática, São Paulo, v. 9, n. 2, 2007. Disponível em: <redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/1938/193818620005.pdf>. Acesso em: 13 ago 2011.

OLIVEIRA, Denise Cristina. *et al.* Análise das evocações livres: uma técnica de análise estrutural das representações sociais. In: Paredes, A.S. **Perspectivas Teórico- Metodológicas em representações sociais**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2005.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD (OMS). **Promoción de la salud sexual Recomendaciones para la acción**. Guatemala, 2000. Disponível em:

<http://www.paho.org/Spanish/AD/FCH/AI/salud_sexual.pdf>. Acesso em: 13 Set 2011.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. In:

Psicologia em Revista. Instituto de Psicologia PUCMINAS. Belo Horizonte. v. 1, n. 11, Jun. 2002.

PRADO, Marco Aurélio Máximo *et al.* A construção de silenciamentos: reflexões sobre a vez e a voz de minorias sociais na sociedade contemporânea. In: Cláudia Mayorga; Emerson F. Rasera; Maristela S. Pereira. **Psicologia Social: sobre desigualdades e enfrentamentos**. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2010.

RODRIGUES, Sônia Eli Cabral. **As representações sociais sobre o ensino de psicologia da educação e suas contribuições para a formação do educador**. 2006. 168f.. Dissertação (Mestrado em Educação)—Centro de Educação, Universidade Federal do Pará, Belém.

SÁ, Celso Pereira. **Núcleo central das representações sociais**. Revista. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. Representações Sociais: teoria e pesquisa do núcleo central. **Temas em psicologia**, v. 3, p. 19-33, 1996. Disponível em:

<<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v4n3/v4n3a02.pdf>>. Acesso em: 10 out 2011.

SÁ, Celso Pereira *et al.* A memória histórica do Regime Militar ao longo de três gerações no Rio de Janeiro: sua estrutura representacional. **Estudos de Psicologia** (PUCCAMP. Impresso), v. 26, 2009.

SADALA, Klaudia Yared. **Estudo dos Critérios de Eleição de Parceria Amorosa entre mulheres de 40 a 60 anos de idade**. 2005. 98f.. Dissertação (Mestrado em Teoria e Pesquisa do Comportamento)–Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém.

SILVA-JUNIOR, José Alves. **Rompendo a modarça**: representações de professores e professoras do ensino médio sobre homossexualidade. 2010. 300f.. Tese (Doutorado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SOUSA, Clarilza Prado; VILLAS BOAS, Lúcia Pintor Santiso; NOVAES, Adelina de Oliveira. Contribuições dos Estudos de Representações Sociais para compreensão do trabalho docente. In: Angela Maria de Oliveira; Maria de Fátima de Souza Santos; Zeidi Araújo Trindade (Orgs.). **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília: TECHNOLITIK, 2011.

VERONA, Humberto. Apresentação. In: Conselho Federal de Psicologia. (Org.). **Psicologia e diversidade sexual**: desafios para uma sociedade de direitos. Brasília: CFP, 2011.